BNDES

Biblioteca Digital

Boletim Fundo Amazônia, n. 18, set. 2011

http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Departamento de Gestão do Fundo Amazônia AMA/DEFAM

FUNDO AMAZÔNIA

Boletim
Setembro de 2011
Número 18

www.fundoamazonia.gov.br

BNDES aprova R$ 12,6 milhões para o Estado do Mato Grosso

Apoio, no âmbito do Fundo Amazônia, visa fortalecer o Corpo de Bombeiros Militar para o monitoramento e o combate a incêndios florestais e queimadas ilegais

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, no âmbito do Fundo Amazônia, apoio financeiro não-reembolsável no valor de até R$ 12,6 milhões para projeto de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento provocado por incêndios florestais e queimadas ilegais no Estado do Mato Grosso. Com essa aprovação, a carteira do Fundo Amazônia passa a somar 20 projetos aprovados, no valor global de R$ 234,6 milhões.

Os recursos do projeto apresentado pelo governo do Mato Grosso, por meio de sua Secretaria de Segurança Pública serão destinados a ações de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso, localizada no município de Sinop, no norte do Estado.

Além da capacitação e da compra de equipamentos, o projeto pretende traçar uma estratégia conjunta com os municípios da região para a diminuição dos focos de calor no Estado.

A área de atuação do projeto, de aproximadamente 137 mil km², abrange 32 municípios do Estado de Mato Grosso (embora nem todos em sua totalidade) e corresponde a cerca de 15% do seu território. Corresponde a área que o Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso (CMMT) consegue responder a incêndios florestais no espaço de uma hora, por via aérea, a partir da base do município de Sinop, unidade que receberá os equipamentos do projeto.

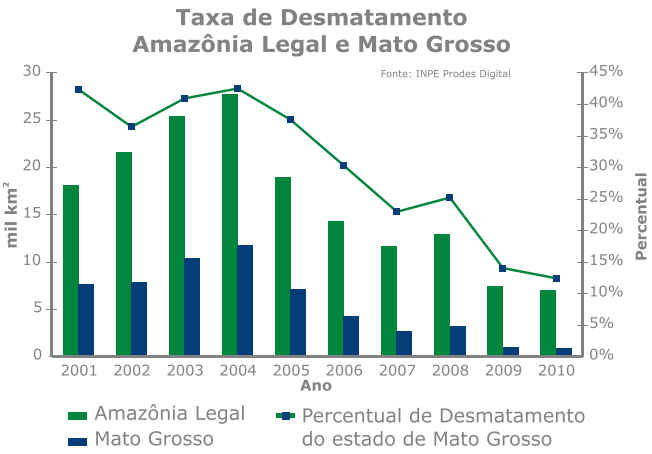


Foto: Araquém Alcântara

Projeto prevê também estratégia para diminuição dos focos de calor

Desmatamento – Com 141 municípios e população de cerca de 3 milhões de habitantes, o Estado do Mato Grosso ocupa uma área de 903 mil km², representando 10,6% do território brasileiro. Até o ano de 2009, aproximadamente 39% da sua área de florestas já havia sido desmatada.

Nos últimos cinco anos houve redução do desmatamento (*veja gráfico ao lado*), mas o índice ainda é o segundo mais alto da Amazônia Legal, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Um dos motivos é o crescimento econômico do Estado das últimas décadas, atrelado a um movimento crescente de expansão da fronteira agropecuária, tendo como produtos principais a soja e o gado bovino.

Também de acordo com o INPE, o Estado do Mato Grosso tem permanecido nos últimos anos na liderança em relação ao número de focos de calor, reflexo tanto de ações diretas dos agricultores quanto do clima seco registrado em determinados anos.

Fique por dentro

O uso do fogo na preparação da terra no meio rural brasileiro é modalidade historicamente utilizada em função do seu baixo custo. Esse uso é tão arraigado e intenso que resultou na emissão de norma específica para disciplinar o seu uso, através do Decreto nº 2.661, de 08/07/1998.

Em estados com forte vocação agrícola, como é o caso de Mato Grosso, o uso do fogo causa uma série de problemas como, por exemplo, o aumento de atendimentos na rede de saúde pública e a paralisação do tráfego aéreo, entre outros.

A percepção da gravidade desse problema fez o Estado do Mato Grosso mencionar expressamente as queimadas quando da elaboração do seu plano de combate ao desmatamento. Dessa forma, o Mato Grosso é o único Estado da Amazônia Legal cujo plano se chama Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas – PPCDQ.

BNDES
FUNDO AMAZÔNIA
Boletim | Setembro de 2011 Número 18

IFT promove oficina em manejo florestal sustentável no Pará

Equipe do BNDES participa de encontro no centro de treinamento do IFT

O Instituto Floresta Tropical (IFT) realizou oficina de campo sobre manejo florestal sustentável no Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch (CMF), que inclui uma área florestal de cinco mil hectares cedida pelo Grupo Cikel, localizado em Paragominas no leste do Pará.

O curso contou com a participação de membros da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), instituição do setor privado do Banco Mundial, além de representantes do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia.

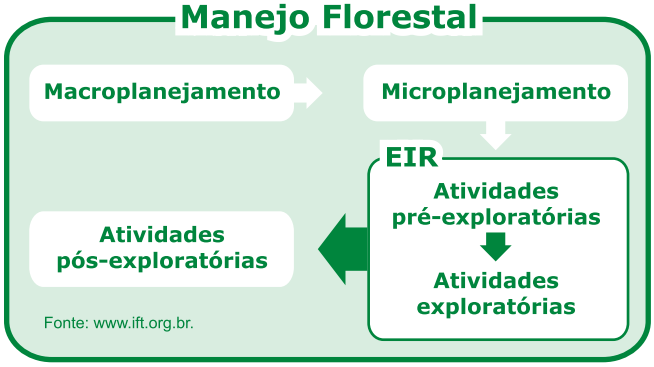
Durante a oficina foram apresentados os aspectos teóricos e práticos das principais etapas da exploração de impacto reduzido de madeira em comparação com a exploração convencional.

No primeiro dia, os participantes visitaram uma área de floresta em que a madeira foi explorada de maneira convencional, sem qualquer planejamento, o que acarreta desperdícios e danos às árvores exploradas, a degradação de igarapés e de outras árvores.

Foto: Divulgação BNDES

O manejo florestal sustentável inclui boas práticas no corte da árvore

Em seguida, foram apresentadas as principais etapas do manejo florestal sustentável, desde o macroplanejamento, passando pelas atividades pré-exploratórias (planejamento das unidades de trabalho, criação dos pátios de estocagem, abertura de estradas secundárias e trilhas de arraste da madeira e inventário de 100% das árvores a serem exploradas), boas práticas no corte da árvore (técnicas para direcionar a queda da árvore, obtenção de maior aproveitamento possível das toras, minimazação dos impactos sobre a floresta, técnicas no uso da motosserra, aspectos de segurança na atividade, operações de arraste de toras) e atividades pós-exploratórias (avaliação de danos, inventário contínuo, tratamento silvicultural e medidas de proteção florestal).



O termo manejo florestal refere-se ao emprego de técnicas de planejamento e princípios de conservação para que determinada floresta possa garantir de forma contínua um produto ou serviço. Conforme a figura acima, percebe-se que a atividade de exploração de impacto reduzido (EIR) configura-se como uma das etapas do manejo florestal.

Cabe ressaltar, ainda, que o manejo florestal sustentável é uma das sete áreas temáticas especificadas no Decreto 6.527/08, que criou o Fundo Amazônia.

Palestra sobre a atuação do INPE na Amazônia é realizada no BNDES

No dia 22 de setembro foi realizada, na sede do BNDES, palestra do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, sobre o Programa de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal, PRODES, e os resultados do projeto TerraClass, realizado em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O projeto TerraClass mapeou o uso e a cobertura da terra na Amazônia Legal brasileira em áreas identificadas como desmatadas pelo PRODES. Dentre os resultados obtidos, destaca-se que 62% das áreas desmatadas na Amazônia até o ano de 2008 são áreas de pastagem, o equivalente a 447 mil quilômetros quadrados.

O Diretor do INPE, Gilberto Camara, o Chefe do Centro Regional da Amazônia, Cláudio Almeida, e os demais representantes da Instituição foram recebidos pelo Diretor da Área de Meio Ambiente, Élvio Gaspar. Durante o encontro, foram discutidas as possibilidades de apoio do Fundo Amazônia a projeto em formulação pelo INPE.